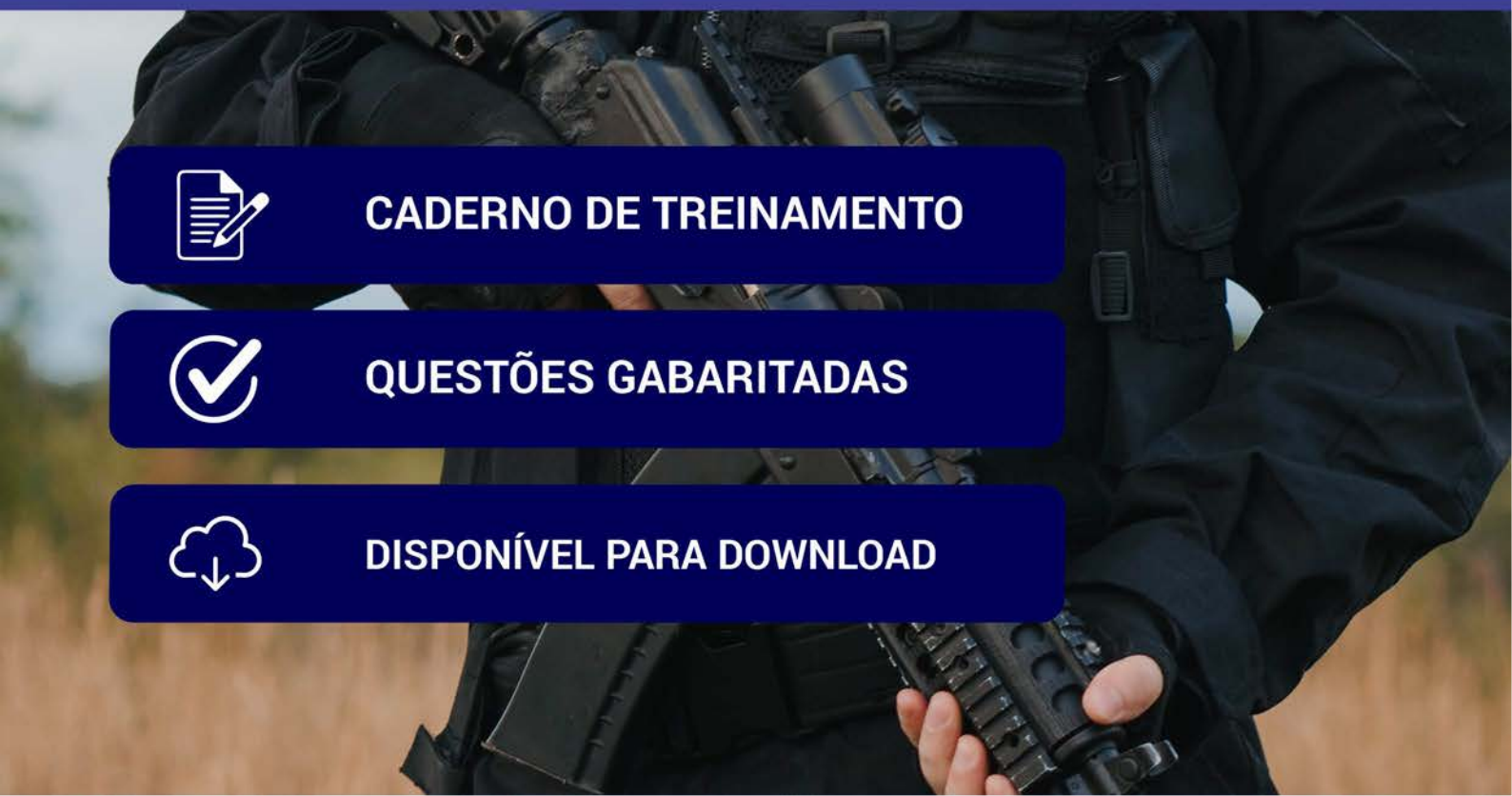
Maxi educa

500 QUESTÕES

POLÍCIA PENAL-PE

SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

POLICIAL PENAL



- CADERNO DE TREINAMENTO
- QUESTÕES GABARITADAS
- DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Polícia Penal - PE

500 Questões Gabaritadas

Policial Penal

LÍNGUA PORTUGUESA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 35

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 14

LEGISLAÇÃO ESTADUAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 15

DIREITO ADMINISTRATIVO
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 14

DIREITO CONSTITUCIONAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

DIREITO PENAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

EXECUÇÃO PENAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 15

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2026)

Texto CG1A1-I

A inteligência artificial (IA) na educação é, sem dúvida, um dos campos emergentes mais promissores na tecnologia educacional. Essa tecnologia possibilita que máquinas simulem habilidades humanas, como aprendizagem e resolução de problemas. Apesar de a IA estar há mais de 30 anos em desenvolvimento, o debate sobre sua aplicação pedagógica em larga escala e seu impacto no ensino superior permanece em aberto.

Até recentemente, suas principais aplicações concentravam-se em serviços de apoio acadêmico e administrativo, como análise de perfis, previsões, avaliação de desempenho, monitoramento de metas, personalização e tutoria inteligente. Contudo, a partir de 2020, modelos de linguagem generativa, como o ChatGPT, começaram a ser amplamente utilizados, marcando um avanço significativo no ensino e na aprendizagem.

Esses modelos podem transformar buscas na Internet em relatórios abrangentes que simulam textos humanos. Entretanto, compreender seu funcionamento é essencial, pois seu uso levanta debates sobre ética, plágio e outras questões. Apesar do impacto ainda imprevisível, a IA tem o potencial de transformar a educação nos próximos anos, apoiando alunos, professores e administradores em todas as etapas do ensino.

Para isso, é fundamental compreender o valor e as limitações da IA. As instituições não podem deixar esse processo ao acaso: é indispensável uma abordagem sistemática que garanta formação adequada e uma estrutura clara, com o envolvimento de todas as partes interessadas, para que as decisões sobre o uso da IA sejam bem entendidas e amplamente aceitas por toda a comunidade acadêmica.

Como em qualquer tecnologia significativa, as decisões devem ser tomadas no nível certo e pelas pessoas adequadas. Cabe à gestão superior e ao corpo docente decidir como a IA será utilizada. Ignorar essa inovação e esperar que desapareça não é uma opção, pois ela continuará a evoluir e a se fortalecer. Instituições que não adotam essas inovações formarão profissionais despreparados para as demandas de um mercado cada vez mais tecnológico e dinâmico.

Internet: <https://unifametro.edu.br> (com adaptações).

No primeiro parágrafo do texto CG1A1-I, o termo “que”, no trecho “Essa tecnologia possibilita que máquinas simulem habilidades humanas”, introduz oração subordinada

(A) com função adverbial, que expressa circunstância de finalidade.

(B) cujo verbo está flexionado no presente do subjuntivo.

(C) com a função adjetiva de restringir o termo antecedente “tecnologia”.

(D) cujo verbo está flexionado no modo imperativo.

(E) que exerce função sintática de sujeito da oração principal.

2. (CEBRASPE - 2026)

Texto CG1A1

A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável firmou um compromisso de todos os países com um conjunto de objetivos e metas universais, integradas e transformacionais, codificados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja tradução em ação representa um grande desafio.

A tributação é um importante mecanismo de estímulo ao desenvolvimento sustentável, que pode aumentar a eficiência da utilização de recursos naturais, impulsionar a inovação e possibilitar a transformação para o alcance do bem comum. Uma política fiscal que promova a criação de adequados incentivos na economia, acoplada a um uso otimizado dos recursos, é fator chave para o alcance dos ODS.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Ética no Serviço Público

1. (CEBRASPE - 2025)

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990), um dos requisitos básicos para a investidura em cargo público é

(A) ter idade mínima de 21 anos.

(B) ter nascido no Brasil.

(C) ser domiciliado no território nacional.

(D) estar no gozo dos direitos políticos.

(E) possuir o segundo grau completo.

2. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.112/1990.

(A) As sanções civis, penais e administrativas aplicáveis a servidores públicos são inacumuláveis e independentes entre si.

(B) Nomeação, promoção e readaptação são formas de provimento de cargo público.

(C) A readaptação consiste no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

(D) A reversão de servidor pode ocorrer no interesse da administração pública, desde que sua aposentadoria tenha sido involuntária.

(E) O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício é de trinta dias, contados a partir da data da posse.

3. (CEBRASPE - 2023)

Na hipótese de determinado servidor público federal estável retornar ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, ocorre provimento de cargo público denominado

(A) readaptação.

(B) reversão.

(C) recondução.

(D) aproveitamento.

(E) reintegração.

4. (CEBRASPE - 2023)

Bernardo, jogador de futebol profissional aposentado, foi nomeado para exercer determinado cargo em comissão na administração pública. Por seu carisma e sua cordialidade, além da competência e assiduidade no desempenho do trabalho, logo se tornou bastante querido entre os colegas, sendo alçado a capitão do time de futebol dos agentes da repartição, o que deixou o seu chefe, capitão do time até então, extremamente incomodado com a situação. Diante disso, o chefe, que havia designado Bernardo para o cargo, resolveu exonerá-lo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Legislação Estadual

1. (2026)

A Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco e estabelece diretrizes para a organização, o funcionamento e a execução das medidas privativas de liberdade. Considerando os objetivos da execução penal previstos nos arts. 1º, 3º e 4º dessa legislação, assinale a alternativa correta.

(A) A execução penal tem como finalidade exclusiva a proteção da sociedade, sendo a reintegração social uma atividade facultativa dos estabelecimentos prisionais.

(B) A pessoa privada de liberdade perde a titularidade dos direitos fundamentais durante o cumprimento da pena, podendo recuperá-los somente após a extinção da condenação.

(C) A execução das medidas privativas de liberdade deve orientar-se à reintegração social, respeitar a personalidade da pessoa privada de liberdade e ser realizada com imparcialidade, sem discriminações indevidas.

(D) A participação da sociedade na reinserção social deve ser evitada, pois a execução penal constitui responsabilidade exclusivamente administrativa do Estado.

(E) O cumprimento da pena deve desconsiderar as características individuais da pessoa privada de liberdade, garantindo tratamento idêntico independentemente das exigências de individualização.

2. (2026)

O art. 13 da Lei nº 15.755/2016 estabelece atribuições específicas da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco, órgão responsável por atividades relacionadas à administração e ao funcionamento do sistema penitenciário estadual. Considerando essas competências, assinale a alternativa correta.

(A) Compete à Secretaria Executiva de Ressocialização supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais, fiscalizar periodicamente os serviços penitenciários e promover a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais do sistema.

(B) Cabe à Secretaria Executiva de Ressocialização substituir o Poder Judiciário na concessão de benefícios penais e determinar, independentemente de decisão judicial, a extinção das penas.

(C) A atuação da Secretaria Executiva de Ressocialização limita-se à administração financeira dos estabelecimentos, não abrangendo atividades educacionais, sociais ou de proteção dos direitos fundamentais.

(D) A fiscalização dos estabelecimentos prisionais somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do Ministério Público, sendo vedada a inspeção administrativa periódica.

(E) A formação dos servidores penitenciários constitui atribuição exclusiva das instituições privadas de ensino, não integrando as responsabilidades da administração penitenciária estadual.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção em que é citado o princípio previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ao qual o SEBRAE deve atender ao realizar o enriquecimento e a atualização dos dados pessoais de seus clientes.

(A) segurança

(B) prevenção

(C) qualidade dos dados

(D) transparência

2. (CEBRASPE - 2025)

O artigo 6º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece o seguinte:

As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; não discriminação; responsabilização e prestação de contas.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018 (adaptado).

Considere que uma empresa do setor educacional envie e-mails promocionais a seus ex-alunos com ofertas de cursos de pós-graduação, utilizando dados de contato dessas pessoas que foram coletados para fins acadêmicos à época de sua matrícula na graduação. Os e-mails contêm o nome completo do ex-aluno, o curso que ele concluiu e sugestões personalizadas com base em seu histórico acadêmico.

Com base nos princípios da LGPD e considerando os aspectos éticos da comunicação organizacional, assinale a opção que apresenta uma ação adequada para garantir conformidade legal e respeito ao público externo nessa situação.

(A) Reestruturar a comunicação, inserindo no contrato de ingresso para a graduação uma nota de rodapé que contenha um texto que informe a possibilidade de a empresa usar as informações do contratante para fins acadêmicos.

(B) Reestruturar a comunicação, obtendo consentimento prévio e explícito dos ex-alunos para fins promocionais, oferecendo também mecanismo de cancelamento, em conformidade com os princípios da transparência e da finalidade.

(C) Manter o envio dos e-mails, na medida em que, em conformidade com o princípio do livre acesso, a empresa em questão tem acesso aos dados fornecidos pelos ex-alunos e, portanto, pode utilizá-los para fins de comunicação e marketing.

(D) Manter o envio dos e-mails, já que os princípios da finalidade e da adequação garantem que a empresa possa utilizar dados coletados para fins acadêmicos na promoção dos cursos de pós-graduação, por se tratar de um serviço da mesma natureza.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2023)

No que se refere às fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

(A) Segundo a doutrina majoritária, devido à formalidade que caracteriza o direito administrativo, suas fontes são, necessariamente, escritas.

(B) Quando se cita a lei como fonte do direito administrativo, faz-se referência às leis ordinárias regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.

(C) Apesar de sua relevância para orientar os agentes públicos, a jurisprudência não é tida como fonte do direito administrativo.

(D) Leis que são fonte do direito administrativo não necessariamente têm aplicabilidade em todo o território nacional.

(E) A jurisprudência somente é fonte do direito administrativo nos países que adotam o sistema de contencioso administrativo.

2. (CEBRASPE - 2025)

Em relação aos princípios da administração pública que informam o direito administrativo, julgue os itens a seguir.

I. Conforme o princípio da publicidade, a administração pública deve sempre dar ampla divulgação aos seus atos, não havendo hipóteses legais de sigilo.

II. O princípio da moralidade administrativa é um princípio implícito que impõe que o servidor público, ao praticar um ato administrativo, sempre avalie se os meios utilizados são adequados aos fins aos quais o ato se destina.

III. O princípio da eficiência determina que a administração pública atue de forma célere e sem burocracia, prescindindo-se da consideração da economicidade para a sua análise.

IV. Uma das acepções do princípio da impessoalidade se relaciona com a finalidade pública, devendo a administração pública atuar sempre com vistas a atender o interesse público, sem prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item **III** está certo.

(B) Apenas o item **IV** está certo.

(C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.

(D) Apenas os itens **II** e **IV** estão certos.

(E) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.

3. (CEBRASPE - 2022)

A vontade da pessoa jurídica será atribuída aos órgãos que a compõem em razão do princípio

(A) da impessoalidade.

(B) do pluripersonalismo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2026)

Em determinada ação judicial, discute-se se o particular pode exigir diretamente do Estado a observância de direito fundamental previsto no texto constitucional, na ausência de lei regulamentadora. O Estado sustenta que a ausência de regulamentação impede a exigibilidade do direito, ao passo que o particular alega que o direito pode ser exercido independentemente de regulamentação.

Nessa situação hipotética, de acordo com a CF,

(A) a tese alegada pelo particular está correta, pois as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, sendo inaplicável o argumento de ausência de regulamentação para impedir seu exercício.

(B) a tese sustentada pelo Estado está correta, pois a aplicação imediata dos direitos fundamentais depende de expressa dispensa de regulamentação pelo constituinte originário em cada caso.

(C) ambas as teses são incorretas, pois a exigibilidade dos direitos fundamentais na ausência de regulamentação depende de reconhecimento pelo STF em cada caso concreto.

(D) ambas as teses são parcialmente corretas: a ausência de regulamentação impede o exercício de direitos fundamentais de natureza coletiva, mas não o dos de natureza individual.

(E) a tese sustentada pelo Estado está correta caso se trate de norma constitucional de eficácia limitada, categoria que abrange todos os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos.

2. (CEBRASPE - 2022)

A respeito do poder constituinte, é **correto** afirmar que

(A) a atualização de uma Constituição pode ser feita tanto pelo poder constituinte originário quanto pelo poder constituinte derivado, por meio da chamada mutação constitucional e da reforma constitucional.

(B) o poder constituinte originário é extraordinário, uma vez que pode surgir a qualquer momento, devido à sua excepcionalidade.

(C) o poder constituinte originário, cujo titular é o povo, não tem limites e, por isso, pode atualizar amplamente a Constituição.

(D) o poder constituinte derivado decorrente é aquele que objetiva atualizar a Constituição por intermédio de emenda constitucional.

(E) o poder constituinte derivado, quando da criação de Constituição estadual, assemelha-se ao poder constituinte originário, sendo, nesse caso específico, um poder ilimitado.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2022)

Acerca da aplicação da lei penal, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes.

(A) A lei penal mais grave retroagirá para atingir o crime permanente, se a sua vigência for anterior à cessação da permanência, mas esse entendimento não se aplicará ao crime continuado, pois se trata de ficção jurídica que incide sobre crimes já consumados.

(B) A lei nova que proíba a extradição por determinada infração penal será retroativa.

(C) A retroatividade da lei não se aplica à hipótese em que haja redução da pena de multa, pois sua natureza é extrapenal.

(D) Não retroagirá a lei que, sem modificar o *quantum* da pena, altere a sua modalidade de detenção para prisão simples.

(E) Não retroagirá a lei que inclua uma hipótese de inimputabilidade se essa inovação legislativa estabelecer a aplicação de medida de segurança para a mesma situação.

2. (CEBRASPE - 2022)

A respeito da aplicação da lei penal, assinale a opção **correta.**

(A) É possível a aplicação combinada de leis, com vistas à aplicação do resultado mais benéfico ao acusado, desde que ao fato típico sobrevenha lei com algumas disposições mais favoráveis ao réu.

(B) Para fins de definição da aplicação de lei penal no tempo, deve ser considerado o momento da ação ou omissão, e não o momento do resultado.

(C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução da pena, ainda que se mantenham os efeitos penais secundários da sentença condenatória.

(D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado antes ou depois de sua vigência.

(E) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

3. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são

(A) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.

(B) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.

(C) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.

(D) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2023)

Assinale a opção que apresenta o princípio norteador do processo penal abordado, precipuamente, pelo brocardo *audiatur et altera pars*.

(A) princípio do contraditório

(B) princípio da oralidade

(C) princípio da publicidade

(D) princípio da não autoincriminação

(E) princípio da presunção da inocência

2. (CEBRASPE - 2023)

No que diz respeito aos princípios, aos sistemas e às normas processuais penais, julgue os itens a seguir.

I. A decisão que, sem a oitiva prévia da defesa, determina a transferência ou a permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal viola os princípios do contraditório e do devido processo.

II. No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a aplicação da lei processual penal rege-se pelo princípio do *tempus regit actum.*

III. Segundo a doutrina majoritária, o sistema inquisitório é caracterizado pela presença de partes distintas *(actum trium personarum),* contrapondo-se acusação e defesa em igualdade de condições, sobrepondo-se a ambas um juiz equidistante e imparcial.

IV. A lei processual penal brasileira veda a adoção das regras de hermenêutica jurídica *ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio* (onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir) e u*bi eadem ratio ibi idem jus* (onde há o mesmo fundamento, há o mesmo direito).

Assinale a opção **correta.**

(A) Nenhum item está certo.

(B) Apenas o item **II** está certo.

(C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.

(D) Apenas os itens **III** e **IV** estão certos.

(E) Apenas os itens **I, III** e **IV** estão certos.

3. (CEBRASPE - 2021)

É exemplo de exceção ao princípio da verdade real no processo penal

(A) a oitiva, por iniciativa do magistrado, de testemunha referida, além daquelas indicadas pelas partes.

(B) o descabimento da revisão criminal contra sentença absolutória transitada em julgado, *pro societate.*

(C) a determinação ex officio pelo juiz de diligências que reputar necessárias, não requeridas pelas partes.

(D) o condicionamento do valor da confissão do réu aos demais meios de prova trazidos ao processo.

(E) a determinação, de ofício, pelo juiz, de busca domiciliar no curso do processo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2024)

Tendo em vista que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, “É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde”, assinale a opção **correta**.

(A) O atendimento pré-natal deve ser realizado por profissionais da atenção terciária.

(B) É negao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, nos períodos pré- e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

(C) A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação, estabelecendo-se a aplicação de cesariana como principal via de parto para mulheres atendidas no SUS.

(D) Não cabe à atenção primária à saúde realizar busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal.

2. (CEBRASPE - 2024)

Uma professora do ensino fundamental suspeita que um de seus alunos, de nove anos de idade, filho de uma amiga sua, está sofrendo agressões físicas em casa; entretanto, quando conversa sobre a suspeita, esse aluno, sempre muito retraído, nega tal fato.

Nessa situação hipotética, em conformidade com o ECA, como medida preventiva para o enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes, a qual, muitas vezes se dá de forma silenciosa, a professora deverá

(A) comunicar a suspeita ao conselho tutelar, de imediato.

(B) aguardar a criança se sentir mais segura para confirmar a suspeita e poder comunicar o fato concreto ao conselho tutelar.

(C) conversar com a amiga informalmente sobre a suspeita e resolver sozinha o caso, de modo a abafá-lo.

(D) encaminhar relatório para toda a rede de proteção da criança e do adolescente, informando a suspeita, desde não tenha experiência para resolver o caso descrito.

(E) investigar primeiro o caso para ter certeza e só depois encaminhá-lo para o conselho tutelar, de forma anônima, para não se comprometer com a amiga.

3. (CEBRASPE - 2024)

Pedro, de dois anos de idade, está à espera de um lar, e Ester, solteira, com dezoito anos de idade, quer adotá-lo, visto que possui todas as condições materiais, psicológicas, financeiras e demais qualificações favoráveis à adoção.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que preconiza o ECA, Ester

(A) poderá adotar Pedro, pois qualquer pessoa com situação financeira e psicológica comprovada por autoridade judicial poderá adotar uma criança ou adolescente, independentemente do seu estado civil e da sua idade, e da diferença de idade entre ela e a criança.

(B) poderá adotar Pedro.

(C) não poderá adotar Pedro, já que sua idade (dezoito anos), sua condição de solteira e a diferença de idade entre ela e ele são impeditivas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Execução Penal

1. (2025)

Sobre o Regime Disciplinar Diferenciado, segundo a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

(A) Tem duração de 2 anos, prorrogáveis uma única vez, por igual período.

(B) É cabível para membro de associação criminosa, independentemente de cometimento de falta grave.

(C) Todas as entrevistas são monitoradas.

(D) É cumprido sempre em estabelecimento penitenciário federal.

(E) Não é cabível em caso de prisão cautelar.

2. (2025)

Após determinação por parte do juízo federal competente, Caio, estrangeiro (nacional da Argentina), foi preso preventivamente pela prática de determinado crime hediondo. Registre-se que, durante o acautelamento provisório, Caio cometeu nova infração penal dolosa, caracterizadora de falta grave, ocasionando subversão da ordem interna.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

(A) por decisão do juízo competente, Caio poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, que terá duração máxima de quatro anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie;

(B) por decisão do diretor do estabelecimento, Caio poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, estando sujeito à fiscalização do conteúdo das correspondências;

(C) por decisão do juízo competente, Caio poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, estando sujeito à fiscalização do conteúdo das correspondências;

(D) por se tratar de preso estrangeiro, Caio não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado;

(E) por se tratar de preso provisório, Caio não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado.

3. (2023)

Murilo foi condenado a pena privativa de liberdade em regime semiaberto após ter roubado uma turista.

Segundo as disposições da Lei de Execuções Penais (LEP), ele:

(A) deverá ser classificado pela Comissão Técnica de Classificação que é responsável por elaborar o seu programa individualizador;

(B) deverá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

(C) poderá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

(D) será entrevistado pelo diretor, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social para confecção do exame criminológico;

(E) será submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CEBRASPE - 2024)

No que se refere à clássica subdivisão das gerações/dimensões dos direitos humanos (1.ª, 2.ª e 3.ª gerações), assinale a opção que apresenta, respectivamente, um direito de 1.ª e um direito de 2.ª geração.

(A) direito à proteção à infância e direito à propriedade

(B) direito à privacidade na era digital e direito ao acesso à Internet

(C) direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e direito à paz

(D) direito à democracia e direito à liberdade de expressão

(E) direito à participação popular e direito à saúde

2. (CEBRASPE - 2023)

Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais, assinale a opção incorreta.

(A) A teoria dos *status*, de Georg Jellinek, serviu como fundamento para a classificação doutrinária dos direitos fundamentais, definindo que o *status* não se confunde com o direito, pois o *status* tem como conteúdo o "ser" e o direito tem como conteúdo o "ter". O autor classifica as seguintes relações de *status*: *status* passivo (ou *status subjectionis*), status negativo (ou *status libertatis*), status positivo (ou *status civitatis*) e status ativo (ou *status* da cidadania ativa).

(B) A teoria do duplo controle ou crivo de direitos humanos reconhece a atuação conjunta do controle de constitucionalidade pelo STF e pelos juízos nacionais e do controle de convencionalidade internacional pela Corte de San José e por outros órgãos de direitos humanos do plano internacional. Esse duplo controle parte da constatação da atuação simultânea dos tribunais para a proteção dos direitos humanos, devendo um recurso ser ordinário, acessível e eficaz e permitir exame ou revisão integral da sentença recorrida tanto pelo STF quanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

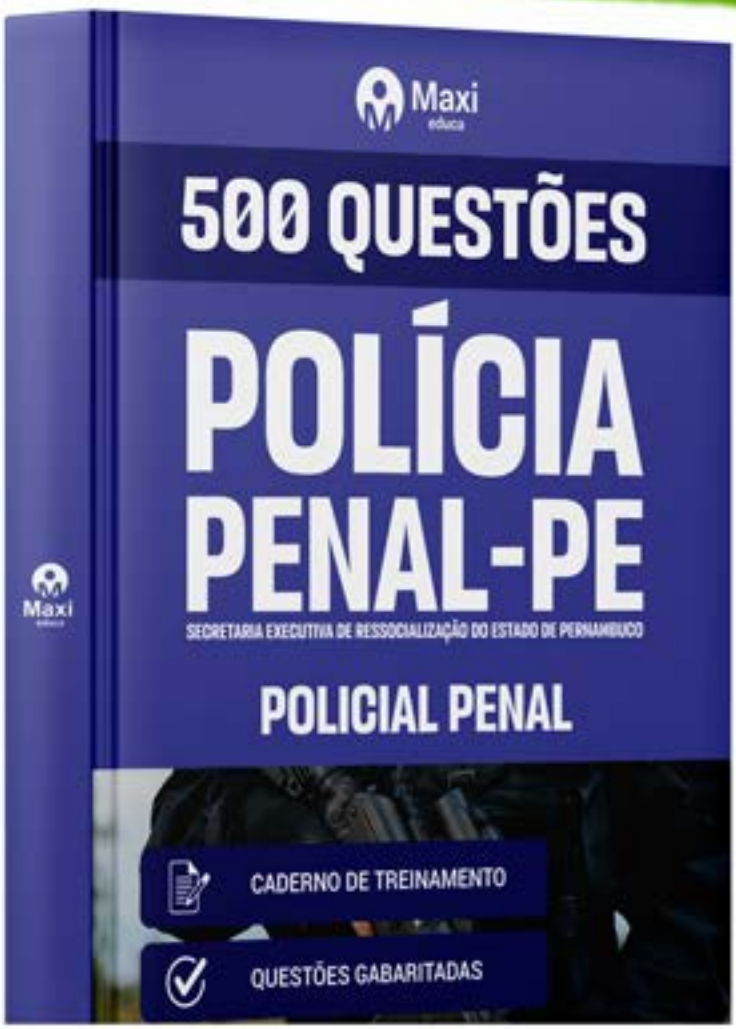
(C) A interseccionalidade dos direitos humanos é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, haja vista a associação da discriminação com múltiplos fatores, detectando-se diferentes formas de opressão e de tratamento discriminatório baseadas em raça, gênero, condição social, idade, orientação sexual, entre outras formas de identidade social, que se inter-relacionam, o que demonstra que a discriminação possui efeitos mais gravosos em grupos vulneráveis.

(D) A dimensão subjetiva dos direitos humanos tem como perspectiva o indivíduo: é ele que possui direito fundamental e é titular de uma posição jurídica subjetiva. Por sua vez, a dimensão objetiva tem como pressuposto o entendimento de que as normas não podem ser apenas consideradas sob a perspectiva dos indivíduos, enquanto posições jurídicas de que estes são titulares perante o Estado, pois elas também se constituem como um conjunto de valores objetivos básicos e fins diretivos da ação positiva dos poderes públicos, por possuírem eficácia sobre todo o ordenamento jurídico e fornecerem diretrizes para os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

(E) O princípio da proibição da proteção insuficiente ou imperativos de tutela (*untermassverbote*) emana do princípio da proporcionalidade e impede que o Estado se omita, deixando de proteger minimamente os bens jurídicos. Ele impõe ao Estado a adoção de medidas adequadas e suficientes para garantir a proteção dos direitos fundamentais, exigindo dos órgãos estatais o dever de tutelar, de forma adequada, determinados direitos consagrados na Constituição.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!